



de valor, porém, reconhecendo 32 (trinta e dois) lances do fornecedor 177 (vencedor do certame) com intervalo de 1 (um) segundo cobrindo o fornecedor 185 (ora, recorrente). Reconhecendo ainda, 7 (sete) lances do fornecedor 177 (vencedor do certame) em menos de 1 (um) segundo cobrindo o fornecedor 185 (ora, recorrente) e demais considerações em suas 4 (quatro) laudas frente e verso, conforme ata notarial anexa (doc. 8).

Nobre Julgador, conforme já suscitado em recurso administrativo junto as autoridades coatoras, se autorizado o uso de softwares de robôs em procedimento de pregão eletrônico, tal prática se tornará comum e todas as empresas farão aquisição de software em busca da disputa justa e igualitária. Como seriam então tais disputas? Visto que empresas de grande porte buscarão os melhores, mais eficientes e mais caros softwares a fim de obter a melhor proposta ao término do tempo randômico, enquanto as empresas de pequeno porte não possuirão condições de adquirir tais tecnologias, mais eficientes e mais caras. Estaremos novamente frente a violação do princípio da isonomia, e mais, em total inobservância da Lei Complementar 123/2006 que tem como finalidade precípua dar tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte de modo a garantir igualdade de condições nos processos licitatórios as mesmas.

4.DA FUNDAMENTAÇÃO JURIDICA

O Mandado de Segurança está previsto no art. 5º, LXIX e LXX da CRFB/1988, com lei regulamentadora 12.016, de 7 de agosto de 2009.

No art. 5º, LXIX, revela o cabimento do Mandado de Segurança, com o seguinte texto;

“Art. 5º LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.